

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



Deliberação *Ad Referendum* dos Comitês PCJ nº 381/21, de 12/11/2021

Define cronograma e regras para seleção de empreendimentos de Demanda Priorizada, na temática de “Saneamento Rural”, visando à indicação para obtenção de financiamento com recursos da Cobrança PCJ Paulista pelo uso dos recursos hídricos e da Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos para Fins de Geração de Energia Elétrica (CFURH), referente aos orçamentos de 2022 e 2023 e dá outras providências.

Os Presidentes dos Comitês PCJ, colegiados criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL), e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1), no uso de suas atribuições legais:

Considerando que em todo o território, e em todos os corpos d’água, das Bacias hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (Bacias PCJ) já se implantou a cobrança pelo uso dos recursos hídricos (Cobranças PCJ), criando-se a necessidade de estabelecimento de critérios gerais e específicos para seleção de empreendimentos para financiamento com os recursos arrecadados no exercício de 2022 e 2023;

Considerando os termos da Deliberação dos Comitês PCJ nº 368/2021, de 24/06/2021, “que define critérios gerais para a aplicação dos recursos da Compensação Financeira/royalties (CFURH) e das Cobranças PCJ Paulista e Federal pelo uso dos recursos hídricos nas Bacias PCJ referentes ao exercício de 2022 a 2025, e dá outras providências”;

Considerando que o Manual de Procedimentos Operacionais (MPO) do FEHIDRO – versão dezembro/2020, define que os prazos para que os colegiados paulistas deliberem e publiquem a indicação de empreendimentos a serem financiados com recursos do FEHIDRO serão informados, por ocasião, no Plano de Aplicação dos Recursos do FEHIDRO;

Considerando os termos da Deliberação dos Comitês PCJ nº 376/2021, de 07/10/2021, que “altera o Plano de Ação e o Programa de Investimentos para a gestão dos recursos hídricos nas Bacias PCJ para o quadriênio 2020 a 2023”;

Considerando que a Deliberação dos Comitês PCJ nº 332/20, de 31/08/2020, aprovou o Plano de Recursos Hídricos das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá para o período 2020 a 2035 – Plano das Bacias PCJ 2020-2035, o qual define critérios de priorização de municípios para as ações de **Saneamento Rural**, a fim de atingir as metas definidas para as Bacias PCJ nas respectivas temáticas;

Considerando os termos do Decreto nº 61.430, de 17 de agosto de 2015, que aprovou e fixou os valores a serem cobrados pela utilização dos recursos hídricos de domínio do Estado de São Paulo nas Bacias PCJ;

Considerando os termos da Deliberação CRH nº 246/2021, de 18/02/2021, que “aprova a revisão dos Programas de Duração Continuada – PDC para fins da aplicação dos instrumentos previstos na política estadual de recursos hídricos”;

Considerando que o assunto foi apreciado pela Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) dos Comitês PCJ durante a sua 83ª Reunião Ordinária, realizada no dia 12/11/2021, por videoconferência;

Deliberam, *ad referendum* dos plenários dos Comitês PCJ:

Art. 1º Para inscrição, seleção e análise de pedidos de financiamento nas modalidades “não reembolsável” e “reembolsável” para obtenção de recursos financeiros da Cobrança PCJ Paulista e da CFURH, orçamento de 2022 e 2023, para empreendimentos de **Demanda Priorizada na temática de “Saneamento Rural”**, fica aprovado o seguinte cronograma:

I - De 19/11/2021 (sexta-feira) a 17/12/2021 (sexta-feira) - PRÉ-QUALIFICAÇÃO: período de inscrição com protocolo *online* (por meio do link <sigam.ambiente.sp.gov.br>) dos documentos do **Anexo III**, deste edital.

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



II- Análises de pré-qualificação dos empreendimentos:

- a) De **20/12/2021 (segunda-feira) a 18/02/2022 (sexta-feira)**: pela Agência das Bacias PCJ, Órgãos Licenciadores e Outorgantes e pelas Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ (CT-SA);
- b) Divulgação dos resultados, no site da Agência das Bacias PCJ: **21/02/2022 (segunda-feira)**;
- c) Período de apresentação de recurso: **22/02/2022 (terça-feira) e 24/02/2022 (quinta-feira)**;
- d) Reunião da CT-PL para análise de eventuais recursos apresentados: **04/03/2022 (sexta-feira)**;
- e) Período de adequação dos empreendimentos deferidos (projetos e orçamentos) pela Agência das Bacias PCJ: **07/03/2022 (segunda-feira) a 29/04/2022 (sexta-feira)**;
- f) Período para análise de pontuação de empreendimentos pré-qualificados - pelas equipes da SE/Comitês PCJ e da Agência das Bacias PCJ: **02/05/2022 (segunda-feira) e 03/05/2022 (terça-feira)**;
- g) Emissão de Declaração de Adequação Técnica e Financeira, pela Agência das Bacias PCJ e divulgação da classificação dos empreendimentos que obtiveram a Declaração de Adequação Técnica e Financeira em ordem decrescente de pontuação recebida: **06/05/2022 (sexta-feira)**.

III- 09/05/2022 (segunda-feira) a 13/05/2022 (sexta-feira): período de protocolo *online* (por meio do link <sigam.ambiente.sp.gov.br>) dos documentos do **Anexo IV** desta deliberação, **apenas para os empreendimentos pré-qualificados**.

IV- Divulgação da fonte de recurso dos empreendimentos a serem indicados: 27/05/2022 (sexta-feira).

V- 03/06/2022 (sexta-feira): Reunião da CT-PL dos Comitês PCJ para aprovação dos empreendimentos indicados para recebimento de recursos.

VI- Reunião Ordinária dos Comitês PCJ para aprovação dos empreendimentos indicados para recebimento de recursos a ser realizada até o final do mês de junho de 2021.

§ 1º Somente poderão ser inscritos, nos dias de **09 a 13/05/2022**, empreendimentos de **Demanda Priorizada** que tenham sido submetidos à análise de pré-qualificação, conforme cronograma definido no inciso II do caput deste artigo.

§ 2º A indicação de cada empreendimento ocorrerá conforme hierarquização elaborada de acordo com os critérios estabelecidos no Plano das Bacias PCJ 2020-2035, enquanto houver disponibilidade de recursos financeiros e se a documentação protocolada estiver completa (todos os documentos dos Anexos III e IV desta deliberação) e com todos os ajustes solicitados na análise de pré-qualificação, sendo que, não se verificando estas condições, o candidato a tomador será notificado pela Agência das Bacias PCJ e o mesmo deverá efetuar novo protocolo *online* no prazo de 5 (cinco) dias úteis após o contato.

§ 3º Caso o tomador não efetue o protocolo da documentação faltante dentro do prazo estipulado no § 3º, o mesmo fará parte de uma lista de suplentes, podendo ser indicado até o final do exercício de 2023 caso as pendências sejam sanadas e todas as exigências desta deliberação atendidas, conforme a ordem de hierarquização definida no Anexo V.

§ 4º As análises mencionadas no caput deste artigo terão a função de procederem à verificação:

I - Do cumprimento, pelo candidato a tomador, das regras estabelecidas pelos Comitês PCJ;

II - Da adequação e enquadramento do objeto e conteúdo do empreendimento, incluindo cronograma e custos ao Plano das Bacias PCJ 2020-2035;

III - Da apresentação da documentação (administrativa, financeira, técnica e das licenças e outorgas) do empreendimento;

IV - Da adequação do Termo de Referência e/ou do Projeto do empreendimento às normas técnicas vigentes e exigidas nos Manuais de Procedimentos Operacionais do FEHIDRO e dos Agentes Técnicos do FEHIDRO;

V - De outras exigências e limitações constantes dos Manuais de Procedimentos Operacionais do FEHIDRO, dos Agentes Financeiros do FEHIDRO e dos Comitês PCJ.

§ 5º As verificações mencionadas no § 4º deste artigo serão efetuadas por:

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



I - Agência das Bacias PCJ para os itens I, II, III, IV e V;

II - Câmara Técnica de Saneamento dos Comitês PCJ, para o item II, com possibilidade de acionar outras Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ para eventual auxílio e complementação das análises.

§ 6º Fica delegada à Agência das Bacias PCJ a função de promover as análises necessárias, com base nos critérios gerais e específicos estabelecidos nos anexos desta Deliberação, de acordo com a priorização de municípios, com as diretrizes e ações estabelecidas no Plano das Bacias PCJ 2020-2035 e conforme regulamento descrito nesta deliberação;

§ 7º Poderão ser mantidos, pela Agência das Bacias PCJ, entendimentos com os candidatos a tomadores no sentido de se promover eventuais alterações nos valores dos investimentos solicitados, com o objetivo de compatibilizar as solicitações com a disponibilidade dos recursos e a maximização dos benefícios.

§ 8º Fica delegada à Agência das Bacias PCJ a função de adaptar, alterar, incorporar, excluir e divulgar critérios fixados nesta deliberação, bem como o cronograma, tendo em vista proceder a ajustes decorrentes de deliberações e estabelecimento de normas e critérios que venham a ocorrer até a próxima reunião dos Plenários dos Comitês PCJ, provenientes do Plano das Bacias PCJ 2020-2035, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), do Conselho Estadual (SP) de Recursos Hídricos, do COFEHIDRO, dos agentes financeiros das cobranças e do Governo Federal.

§ 9º A Declaração de Adequação Técnica e Financeira, mencionada na alínea “g”, do inciso I deste artigo, destina-se a atestar a adequação dos projetos e orçamentos, relativos aos empreendimentos inscritos, ao padrão de exigência dos Agentes Técnicos envolvidos no processo de análise e contratação, e será anexada pela Agência das Bacias PCJ aos documentos do Anexo IV.

§ 10º O tomador que não obtiver conformidade técnica e financeira e/ou que não apresentar quaisquer dos documentos exigidos dentro do prazo estipulado neste Edital, conforme o cronograma apresentado, permanecerá em lista de suplência e poderá, em nova oportunidade, com data a ser definida e informada pela Agência das Bacias PCJ, apresentar a documentação faltante visando a obtenção de recursos referentes ao exercício de 2023.

Art. 2º Serão considerados como “recursos para investimentos dos orçamentos de 2022 e 2023” pelos Comitês PCJ, para financiamento de empreendimentos objeto desta deliberação, parte dos recursos financeiros arrecadados nos exercícios de 2022 e 2023 com a cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio do Estado de São Paulo e da CFURH (conforme previsto no PA/PI 2020-2023), a serem aplicados nos referidos exercícios.

Art. 3º Os empreendimentos inscritos que apresentarem todos os documentos exigidos nesta deliberação, conforme atestado a ser emitido pela Agência das Bacias PCJ, serão indicados em 2022 ou em 2023, por meio de deliberação dos Comitês PCJ, de acordo com a disponibilidade de recursos financeiros nos respectivos exercícios e modalidade de financiamento, conforme ordem de priorização definida nesta Deliberação.

Art. 4º A Agência das Bacias PCJ divulgará na sua página da internet (<http://www.agencia.baciaspcj.org.br>) os documentos necessários a serem apresentados, bem como o endereço eletrônico para cadastro da proposta junto à Agência das Bacias PCJ.

Art. 5º O **Anexo I** desta deliberação contém os critérios gerais para seleção e indicação de empreendimentos, na temática de “Saneamento Rural”, visando à obtenção de recursos da Cobrança PCJ Paulista e da CFURH – exercícios 2022 e 2023.

Parágrafo único. Caberá à Agência das Bacias PCJ a elaboração e divulgação do Manual Orientativo para Seleção e Indicação de Empreendimentos - PCJ.T.MA.001/2021, o qual estabelece diretrizes e orientações gerais para elaboração dos pleitos.

Art. 6º O **Anexo II** desta deliberação contém as porcentagens mínimas de contrapartida (CP) por município, calculados conforme disposto no Manual Orientativo para Seleção e Indicação de Empreendimentos - PCJ.T.MA.001/2021, para propostas inscritas na modalidade “não reembolsável”, sendo que os empreendimentos na modalidade reembolsável devem possuir, no mínimo, 20% de contrapartida em relação ao valor total.

Art. 7º O **Anexo III** desta deliberação contém a relação dos documentos para apresentação de empreendimentos visando à obtenção de recursos da Cobrança PCJ Paulista e da CFURH – exercícios 2022 e 2023, para a pré-qualificação, no período definido no inciso I do artigo 1º desta deliberação, nas modalidades “não reembolsável” e “reembolsável”.

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



Art. 8º O Anexo IV desta deliberação contém a relação dos documentos para apresentação de empreendimentos visando à obtenção de recursos da Cobrança PCJ Paulista e da CFURH – exercícios 2022 e 2023, para a inscrição no período definido no inciso III, do art. 1º desta deliberação, nas modalidades “não reembolsável” e “reembolsável”.

Art. 9º A ação financiável da qual trata a presente deliberação se refere à elaboração de Planos Municipais de Saneamento Rural.

Art. 10 O Anexo V desta deliberação contém a priorização dos municípios para a temática de “Saneamento Rural”.

Art. 11 Fica vedada a participação de empreendimentos no processo de obtenção de financiamento com recursos da Cobrança PCJ Paulista e da CFURH, referentes aos orçamentos de 2022 e 2023, que:

I. Não constem na relação de prioridades elencada no Anexo V da presente deliberação;

II. Não tenham sido inscritos no início do processo, conforme datas constantes do inciso I do art. 1º desta deliberação, independente da justificativa apresentada.

Art. 12 A presente Deliberação aplica-se somente aos municípios paulistas das Bacias PCJ, sendo vedada a participação de pleitos cuja abrangência seja referente aos municípios situados na porção mineira das Bacias PCJ, considerando que os recursos disponíveis são do Fundo Estadual de Recursos Hídricos - FEHIDRO do Estado de São Paulo.

Art. 13 A presente Deliberação aplica-se somente aos municípios paulistas classificados como relevantes para o alcance das metas estabelecidas para as Bacias PCJ, conforme o Plano das Bacias PCJ 2020-2035.

Parágrafo único. Empreendimentos que não foram inscritos dentro dos prazos e regras estipulados nesta deliberação **não poderão ser incluídos em qualquer lista de suplência** do referido exercício.

Art. 14 Os empreendimentos selecionados de acordo com essa deliberação serão indicados por meio de deliberação dos Comitês PCJ, após aprovação da CT-PL.

Art. 15 Os empreendimentos inscritos conforme os critérios dessa deliberação, segundo as prioridades para cada temática, que não forem indicados no exercício de 2022, farão parte de uma lista de suplentes para indicação, de acordo com os recursos financeiros disponíveis no exercício de 2023.

Parágrafo único. As prioridades para cada temática estabelecidas no Plano das Bacias PCJ 2020-2035 continuarão a ser objetos dos futuros editais até nova revisão do referido plano.

Art. 16 Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial e deverá ser apreciada e referendada na próxima reunião plenária dos Comitês PCJ.

(assinado digitalmente)
SIDNEY JOSÉ DA ROSA
Presidente do CBH-PJ1

(assinado digitalmente)
LUCIANO SANTOS TAVARES DE ALMEIDA
Presidente do CBH-PCJ e
do PCJ FEDERAL

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



Anexo I – Deliberação *Ad Referendum* dos Comitês PCJ nº 381/21, de 12/11/2021

CRITÉRIOS GERAIS PARA SELEÇÃO E INDICAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS VISANDO À OBTENÇÃO DE RECURSOS DA COBRANÇA PCJ PAULISTA E DA CFURH - ORÇAMENTOS 2022 E 2023

Art. 1º Os recursos para investimentos do orçamento de 2022 e 2023, de que trata esta deliberação, advindos da Cobrança PCJ Paulista e da CFURH, serão indicados, pelos Comitês PCJ, visando à execução das ações financeáveis e ao atendimento às prioridades e metas constantes do Plano das Bacias PCJ 2020-2035, conforme priorização definida no Anexo V e conforme segue:

AÇÕES FINACIÁVEIS		
PDC / Sub-PDC	Ação	Anexo
1 / 1.2 - Apoio ao planejamento e gestão de recursos hídricos	Planos Municipais de Saneamento Rural	V

Art. 2º São pré-requisitos para a inscrição na PRÉ-QUALIFICAÇÃO de solicitações de recursos, nas modalidades “não reembolsável” e “reembolsável”, além dos previstos no MPO do FEHIDRO e nas regras e Manual Orientativo para Seleção e Indicação de Empreendimentos - PCJ.T.MA.001/2021:

- a) Possuir Valor Global orçado de no mínimo de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) e máximo de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais);
- b) Os empreendimentos inscritos não poderão contemplar, no custo da parcela a ser financiada, a aquisição de veículos de qualquer espécie;
- c) Os Tomadores que tiverem empreendimentos, objetos de financiamentos anteriores, com recursos provenientes dos Comitês PCJ, serão passíveis de vistoria *in loco* para a comprovação do efetivo funcionamento dos equipamentos. Observadas irregularidades, os Tomadores serão notificados ficando os mesmos obrigados a efetuar os ajustes necessários em prazo pré-determinado pela Agência das Bacias PCJ e em caso de não cumprimento, o Tomador será declarado inadimplente técnico, ficando inabilitado para obtenção de novos recursos;
- d) O candidato a tomador não poderá ter contratos financiados com recursos da CFURH e das Cobranças PCJ, em execução, celebrados há mais de 4 anos, ou seja, contratos celebrados anteriores ao ano de 2018;
- e) Possuir Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais (CADIN), Certidão de Regularidade de Débitos Tributários com a Fazenda Estadual (CDT), Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), Certidão Negativa de Débitos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), Certificado de Regularidade do Município para celebrar Convênios (CRMC) -somente para municípios (administração direta ou indireta), Certificado de Regularidade Cadastral de Entidades (CRCE) - somente para entidades com ou sem fins lucrativos;
- f) Estar em dia com a entrega dos produtos finais de contratos financiados com recursos da CFURH ou Cobranças PCJ, já concluídos;
- g) Estar em situação de adimplência técnica e financeira junto à ANA, Agência das Bacias PCJ e aos agentes técnicos e financeiros da CFURH ou Cobranças PCJ devido à irregularidade em qualquer outro empreendimento, quando couber.

§ 1º O Manual Orientativo para Seleção e Indicação de Empreendimentos - PCJ.T.MA.001/2021 estará disponível para download e consulta no site da Agência das Bacias PCJ (<http://www.agencia.baciaspcj.org.br>).

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



§ 2º Fica delegada à Agência das Bacias PCJ a função de contatar, via telefone e/ou e-mail, o representante de contato dos candidatos a tomadores, caso verifique a ausência de algum documento obrigatório para fins de complementação (que deverão ser atendidas pelo tomador no prazo de 5 (cinco) dias úteis após o contato), sendo que outros possíveis ajustes poderão ser feitos no período de avaliação dos empreendimentos.

Art. 3º Os critérios de hierarquização serão estabelecidos conforme o tema das ações financiáveis, **de acordo com o que estabelece o Plano das Bacias PCJ 2020-2035** e demais critérios estabelecidos pelos Comitês PCJ, de acordo com o disposto no Art. 2º da Deliberação dos Comitês PCJ nº 368/2021, de 24/06/2021.

Art. 4º O critério de hierarquização para empreendimentos referentes à ação de “**Planos Municipais de Saneamento Rural**” foi calculado considerando-se a somatória das áreas de contribuição enquadradas na Classe 5 (prioridade máxima) pelo Plano das Bacias PCJ 2020-2035, por município e o total de habitantes em área rural com inadequabilidade na área de esgotamento sanitário e resíduos sólidos, por município, segundo o Plano das Bacias PCJ 2020-2035. O resultado da priorização, por município, é apresentado no **Anexo V** desta deliberação.

Parágrafo único. Os tomadores de municípios priorizados que já receberam, em 2021, recursos para a ação de que trata a presente deliberação, foram retirados da lista de priorização, uma vez que já foram contemplados dentro do período previsto no PA/PI 2020-2023.

Art. 5º Não serão financiados empreendimentos cuja licitação tenha sido realizada antes da aprovação do Agente Técnico.

Parágrafo único. Durante as análises de pré-qualificação, será verificada a existência de apenas um objeto para cada empreendimento inscrito e caso constatada multiplicidade no objeto, o tomador de recursos deverá proceder à adequação do empreendimento visando estabelecer um objeto único.

Art. 6º Municípios em que os serviços de água e esgoto não são operados pela prefeitura (administração direta), a inscrição de empreendimentos na área de saneamento (água e esgoto) poderá ser feita ou pela prefeitura ou pela concessionária, desde que a concessionária possua as suas CNDs válidas.

Art. 7º Após a indicação do empreendimento pelos Comitês PCJ, o mesmo não será passível de aditamento de valor ou objeto por solicitação de qualquer um dos entes do Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos envolvidos, devendo qualquer acréscimo de valor ser suportado pela contrapartida do tomador.

Art. 8º Para empreendimentos cuja implantação se der em parceria com outras entidades (públicas ou privadas), o respectivo tomador deverá apresentar, também, todas as certidões dos respectivos parceiros, exigidas do item 05 a 10 do Anexo III desta deliberação.

Art. 9º Os casos omissos devem ser objeto de análise e definição da CT-PL.

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



Anexo II – Deliberação *Ad Referendum* dos Comitês PCJ nº 381/21, de 12/11/2021

Limites mínimos de contrapartida (CP) por município, calculados conforme disposto no Manual Orientativo para Seleção e Indicação de Empreendimentos - PCJ.T.MA.001/2021.

Observação:

Para financiamentos na modalidade “reembolsável”, contrapartida mínima de 20% do orçamento total.

Município	Porcentagem mínima de contrapartida
Campinas	32%
Jundiaí	27%
Sumaré	21%
Indaiatuba	21%
Bragança Paulista	16%
Louveira	15%
Valinhos	15%
Itupeva	13%
Amparo	12%
Capivari	9%
Jarinu	8%
Serra Negra	7%
Santo Antônio de Posse	6%
Piracaia	6%
Holambra	6%
Engenheiro Coelho	6%
Morungaba	5%
Nazaré Paulista	5%
Pinhalzinho	5%
Monte Alegre do Sul	5%
São Pedro	4%
Vargem	4%
Corumbataí	4%
Tuiuti	4%
Pedra Bela	3%

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



Anexo III – Deliberação *Ad Referendum* dos Comitês PCJ nº 381/21, de 12/11/2021

INSCRIÇÕES PRÉ-QUALIFICAÇÃO: de 19/11 a 17/12/2021

A relação de documentos **obrigatórios** para apresentação de propostas para obtenção de financiamento com recursos da Cobrança PCJ Paulista e do CFURH na fase de pré-qualificação (para modalidade reembolsável e não reembolsável) é descrita a seguir.

Item	Documento
01	Ficha Resumo do empreendimento assinada pelo representante legal, conforme modelo a ser disponibilizado pela Agência das Bacias PCJ
02	Cronograma físico-financeiro assinado pelo representante legal, conforme Anexo VII do MPO FEHIDRO
03	Planilha de Orçamento assinada pelo representante legal, conforme Anexo VIII do MPO-FEHIDRO
04	Para estudos, projetos, serviços e atividades afins: Termo de Referência
05	Certidão Negativa (ou positiva com efeito de negativa) de Débitos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União , do tomador e dos parceiros (se houver)
06	Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), do tomador e dos parceiros (se houver).
07	Certidão Negativa (ou Positiva com Efeito de Negativa) de Débitos Trabalhistas (CNDT), instituída pela Lei Federal nº 12.440/2011 do tomador e dos parceiros (se houver)
08	Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais (CADIN) do tomador e dos parceiros (se houver)
09	Certidão de Regularidade de Débitos Tributários com a Fazenda Estadual (CDT) do tomador e dos parceiros (se houver)
10	Certificado de Regularidade do Município para celebrar Convênios (CRMC) - somente para municípios (administração direta ou indireta) do tomador e dos parceiros (se houver)

Observações:

- a) Os arquivos devem estar em formato digital editável (para aqueles em que há necessidade de assinatura, apresentar também em PDF, assinado);
- b) O não atendimento aos pré-requisitos definidos no art. 2º do Anexo I da deliberação acima mencionada será motivo de INDEFERIMENTO na pré-qualificação;
- c) Além da anexação dos documentos, deverão ser preenchidas todas as informações solicitadas no sistema eletrônico do FEHIDRO (portal SIGAM);
- d) O “Manual Orientativo para Seleção e Indicação de Empreendimentos - PCJ.T.MA.001/2021” e outros documentos oferecidos pela Agência das Bacias PCJ estão disponíveis para download e consulta no site da Agência das Bacias PCJ: (<http://www.agencia.baciaspcj.org.br>).

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



Anexo IV – Deliberação *Ad Referendum* dos Comitês PCJ nº 381/21, de 12/11/2021

INSCRIÇÕES EMPREENDIMENTOS QUALIFICADOS: de 09 a 13/05/2022

A relação de documentos **obrigatórios** para apresentação de propostas para obtenção de financiamento com recursos da Cobrança PCJ Paulista e do CFURH na fase de inscrição dos empreendimentos pré-qualificados (para modalidade reembolsável e não reembolsável) é descrita a seguir:

Item	Documento
01	ART – Anotação de Responsabilidade Técnica do Conselho da respectiva entidade de classe do profissional responsável pelo empreendimento (Projeto/TR e Orçamento), com o devido comprovante de quitação
02	Atestado da Câmara Municipal de exercício efetivo de Mandato do prefeito (expedido a partir de janeiro de 2021) - somente para municípios (administração direta)
03	Cópia do Cartão do CNPJ
04	Cópia do RG do Responsável Legal pela entidade
05	Cópia do CPF do Responsável Legal pela entidade
06	Declaração de Adimplência Técnica perante entidades públicas estaduais e federais; de não recebimento de outros recursos públicos para os mesmos itens do objeto a ser financiado, inclusive contrapartida, em papel timbrado, conforme modelo constante dos Anexos IX, X ou XII do MPO-FEHIDRO
07	Declaração de contrapartida, conforme modelo a ser disponibilizado pela Agência das Bacias PCJ
08	Certidão Negativa (ou positiva com efeito de negativa) de Débitos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União , do tomador e dos parceiros (se houver)
09	Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), do tomador e dos parceiros (se houver)
10	Certidão Negativa (ou Positiva com Efeito de Negativa) de Débitos Trabalhistas (CNDT), instituída pela Lei Federal nº 12.440/2011 do tomador e dos parceiros (se houver)
11	Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais (CADIN) do tomador e dos parceiros (se houver)
12	Certidão de Regularidade de Débitos Tributários com a Fazenda Estadual (CDT) do tomador e dos parceiros (se houver)
13	Certificado de Regularidade do Município para celebrar Convênios (CRMC) - somente para municípios (administração direta) do tomador e dos parceiros (se houver)
14	Cópia do Estatuto ou Regimento (para entidades municipais da administração indireta, como autarquias e empresas públicas municipais e estaduais)
15	Cópia da Lei de Criação (para entidades municipais da administração indireta, como autarquias e empresas públicas municipais e estaduais)
16	Cópia do Ato de Nomeação ou da Ata da Eleição do Responsável Legal ou da Diretoria atual (para entidades municipais da administração indireta, como autarquias e empresas públicas municipais e estaduais)
17	Termo de Cooperação Técnica - Anexo XIII do MPO-FEHIDRO - para universidades, entidades de pesquisa, ensino superior e desenvolvimento tecnológico e entidades da sociedade civil privadas, sem finalidades lucrativas, quando couber
18	Declaração de regime de execução do empreendimento , assinado pelo representante legal

Observações:

- a) A ausência de qualquer documento listado neste Anexo (IV) desabilitará o empreendimento para obtenção do financiamento;
- b) Os arquivos devem estar em formato digital editável (quando aplicável) **e em formato PDF**.

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



Anexo V – Deliberação *Ad Referendum* dos Comitês PCJ nº 381/21, de 12/11/2021

Priorização dos municípios para ações referentes à ação “Planos Municipais de Saneamento Rural”

Município	Ordem de Prioridade
Campinas	1º
Bragança Paulista	2º
Amparo	3º
Nazaré Paulista	4º
Jundiaí	5º
Itupeva	6º
Jarinu	7º
Pinhalzinho	8º
Piracaia	9º
Valinhos	10º
Holambra	11º
São Pedro	12º
Indaiatuba	13º
Louveira	14º
Pedra Bela	15º
Sumaré	16º
Tuiuti	17º
Capivari	18º
Vargem	19º
Santo Antônio De Posse	20º
Monte Alegre Do Sul	21º
Corumbataí	22º
Serra Negra	23º
Engenheiro Coelho	24º
Morungaba	25º